



DÁRIO OFICIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO

Publicado na Edição de 19 de março de 2026 | Caderno Empresarial | Seção Atos Empresariais

Balanço

ipt

INSTITUTO DE PESQUISAS TECNOLÓGICAS

INSTITUTO DE PESQUISAS TECNOLÓGICAS DO ESTADO DE SÃO PAULO S.A. - IPT

CNPJ. nº 60.633.674/0001-55

125 ANOS

1901-2026

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

A companhia

O Instituto de Pesquisas Tecnológicas é uma empresa pública dependente do Estado de São Paulo que tem como missão superar os desafios da sociedade por meio da ciência, tecnologia e inovação aplicadas nas políticas públicas e setores produtivos. Está constituída na forma de sociedade anônima tendo a Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo como seu acionista. É dependente do Estado de São Paulo por receber dotação orçamentária como parte de seus recursos para operação, e possui personalidade jurídica de direito privado. O IPT, com seus 126 anos de existência, desde sua fundação como Gabinete de Resistência dos Materiais na Universidade de São Paulo, atua prestando apoio tecnológico a parceiros dos setores público e privado. Sua operação está organizada em oito Unidades de Negócio, abrangendo Materiais Avançados, Energia, Bionanomaterials, Tecnologias Digitais, Cidades, Infraestrutura e Meio Ambiente, Habitação e Edificações, Tecnologias Regulatórias e Metrológicas e Ensino Tecnológico. Conta também com os núcleos NUTABES (Núcleo de Tecnologias Avançadas para Bem-Estar e Saúde), Núcleo IPT Amazônia, NUSCARBON (Núcleo de Sustentabilidade e Baixo Carbono) e NUCERT (Núcleo de Certificação de Produtos).

A atuação do Instituto integra escala operacional, diversidade técnica e apoio estratégico à inovação, com o desenvolvimento de tecnologias entre os níveis TRL 3 e TRL 9, contribuindo para a superação dos desafios de escalonamento. Seu portfólio reúne mais de 2 mil serviços nas áreas de pesquisa, desenvolvimento e inovação, ensaios e análises, inspeção e monitoramento, medição e calibração, ensino tecnológico, contando com equipe especializada na captação de recursos de fomento, apoiada pelas unidades Embrapi-Processos Biotecnológicos e Embrapi-Materiais de Alto Desempenho.

O IPT dispõe de infraestrutura superior a 120 mil metros quadrados, com mais de R\$ 320 milhões em capital investido e R\$ 178 milhões em ativo imobilizado, além de equipes técnicas altamente capacitadas. A agilidade de gestão proporcionada pela Fundação de Apoio ao IPT, parceira do IPT, viabiliza a captação ágil de recursos, fortalecendo projetos estratégicos e ampliando o atendimento às demandas da indústria, do governo e da sociedade.

Ao longo de sua trajetória, o IPT consolidou-se como agente fundamental do desenvolvimento científico e tecnológico, transformando conhecimento em soluções aplicadas de impacto para a sociedade e fortalecendo políticas públicas e cadeias produtivas. Cumprindo seu papel de braço tecnológico do Governo do Estado de São Paulo, atua alinhado ao interesse público, com excelência técnica, compromisso institucional e foco em resultados. Sua missão, visão e valores orientam a cultura organizacional e o modelo de gestão, assegurando coerência entre propósito, atuação e governança, e reforçando o compromisso com a geração de valor para a sociedade.

A Operação

O Instituto de Pesquisas Tecnológicas (IPT), como empresa pública vinculada ao Governo do Estado de São Paulo, atua de forma integrada junto à sociedade, ao governo e à indústria, aplicando conhecimento científico e tecnológico para enfrentar desafios de diferentes naturezas e níveis de complexidade. Em 2025, essa atuação foi ampliada e diversificada, combinando o atendimento técnico tradicional com novas frentes voltadas à inovação, à colaboração e ao desenvolvimento conjunto de soluções, por meio de projetos estruturantes e programas de inovação aberta que fortaleceram parcerias, promoveram a transferência de conhecimento e ampliaram o impacto institucional.

No apoio às políticas públicas, o IPT contribuiu para a formulação, implementação e aprimoramento de ações governamentais em áreas estratégicas, com iniciativas alinhadas às prioridades da agenda pública e ao desenvolvimento sustentável. Destaca-se o projeto de Transformação Digital em Manufatura Avançada e Cidades Inteligentes e Sustentáveis, financiado pela FAPESP, que reuniu ampla rede de instituições e pesquisadores, resultando no desenvolvimento de protótipos e na produção expressiva de trabalhos científicos, com aplicações relevantes para a indústria e a gestão urbana.

Na área ambiental e patrimonial, o IPT atuou na recuperação da Trilha da Pedra Liza, em Paranapiacaba, por meio de um projeto financiado pelo Fundo de Interesses Difusos, que integrou diagnósticos arqueológicos e ambientais, execução de obras e monitoramento, viabilizando a reabertura da trilha e promovendo a valorização do território, o turismo sustentável e a preservação ambiental.

Também merece destaque a participação do Instituto no Centro para Cidades Resilientes a Inundações, financiado pela FAPESP, voltado ao desenvolvimento de soluções científicas, tecnológicas e urbanísticas para mitigar os impactos das inundações urbanas, com foco inicial na Região Metropolitana de São Paulo, incluindo o uso de gêmeos digitais urbanos, modelagem hidrodinâmica, sistemas preditivos e soluções baseadas na natureza.

No campo da saúde pública, o IPT obteve a aprovação de um projeto estratégico no âmbito do Programa de Desenvolvimento e Inovação Local, no valor de R\$ 13 milhões, para o desenvolvimento de um dispositivo microfluídico voltado ao diagnóstico molecular simultâneo de múltiplos arbovírus, fortalecendo a vigilância epidemiológica, a capacidade de resposta do sistema de saúde e a autonomia tecnológica nacional, em parceria com a FioCruz e a UFTM.

Ainda no apoio a políticas públicas, o Instituto atuou no desenvolvimento e validação de um novo método de certificação de cronotacógrafos, em parceria com o IPEM-SP, contribuindo para tornar o processo regulatório mais ágil, seguro e confiável, com impactos diretos na segurança viária e na fiscalização do transporte rodoviário.

No atendimento ao setor privado, o IPT aplicou conhecimento científico e tecnológico para fortalecer a competitividade industrial, desenvolver soluções de alto valor agregado e incorporar inovação em produtos e processos. Em 2025, projetos como o da nova geração de veículos da Stock Car Brasil evidenciaram a capacidade do Instituto em engenharia avançada e ciência dos materiais, resultando em significativa redução de peso dos veículos e melhoria expressiva de desempenho, além de impactos positivos na cadeia produtiva, na geração de empregos e na formação de pessoal especializado.

Na área de sustentabilidade e economia circular, o Projeto Trampo, desenvolvido em parceria com empresa especializada em reciclagem, resultou na criação de uma nova rota tecnológica para a reciclagem de lâmpadas LED, no desenvolvimento de equipamentos específicos e no depósito de patentes, demonstrando a capacidade do IPT de gerar inovação com proteção intelectual e aplicação industrial.

De forma integrada, essas iniciativas evidenciam o papel do IPT como agente estratégico do desenvolvimento tecnológico e inovação, com atuação consistente no fortalecimento de políticas públicas, no apoio à indústria e na geração de benefícios econômicos, sociais e ambientais para a sociedade.

Desempenho Institucional

Em 2025, o IPT atendeu 3.058 clientes, abrangendo 697 municípios em todo o Brasil, sendo 270 municípios no Estado de São Paulo, o que corresponde a 42% de cobertura estadual. No âmbito nacional, suas atividades alcançaram 26 estados brasileiros, representando 96% de cobertura do território nacional, além de atuação internacional em 16 países, equivalente a 8% de cobertura global. Esse alcance territorial reflete a capilaridade das atividades do Instituto e sua capacidade de atender demandas técnicas e tecnológicas de diferentes escalas e complexidades.

O volume de entregas técnicas foi igualmente expressivo. Ao longo do exercício, o IPT emitiu 17.340 documentos técnicos, superando a meta pactuada no Plano Plurianual (PPA) 2024-2027, que previa a emissão de 16.000 documentos em 2025. Esses documentos incluem laudos, pareceres técnicos, relatórios de ensaios laboratoriais, relatórios técnicos e entregas de projetos de pesquisa, desenvolvimento e inovação, constituindo a base técnica que sustenta tanto a atuação junto a políticas públicas quanto o atendimento ao setor produtivo. O faturamento total do IPT em 2025 atingiu R\$ 84,8 milhões, com 56% desse montante proveniente de atividades de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação (PDI&I). Essa composição evidencia o alinhamento do modelo econômico do Instituto com sua missão institucional, ao priorizar projetos de maior valor agregado tecnológico e maior impacto estrutural para o Estado de São Paulo.

O desempenho financeiro foi impulsionado, em grande medida, pela ampliação da captação de recursos externos para inovação. Em 2025, o IPT submeteu 17 propostas a editais de fomento junto a agências como Finep, Fapesp, CNPq, Fundep e ao Programa de Desenvolvimento e Inovação Local (PDIL) do Ministério da Saúde, totalizando R\$ 266 milhões em recursos pleiteados. Desse montante, mais de R\$ 219 milhões foram aprovados (em fase de contratação), resultado que demonstra elevada competitividade técnica e capacidade institucional de estruturar projetos de grande porte.

No âmbito específico da Embrapi, o IPT operou duas unidades em 2025. A unidade IPT Materiais de Alto Desempenho firmou sete projetos, totalizando R\$ 19,34 milhões, enquanto a unidade IPT Processos Biotecnológicos assinou um projeto no valor de R\$ 1,04 milhão. Adicionalmente, a atuação em projetos cooperativos resultou em receita superior a R\$ 1,2 milhão por taxa de sucesso, reforçando a capacidade do Instituto de capturar valor econômico a partir da inovação desenvolvida em parceria com empresas.

No ponto de vista da eficiência administrativa, o IPT implementou medidas com impacto financeiro direto. Em 2025, foi realizado o primeiro leilão de bens inservíveis, envolvendo sucatas, veículos e equipamentos, resultando em arrecadação de R\$ 459 mil. Também foram adotadas Atas de Registro de Preços para obras e manutenção, reduzindo prazos e custos operacionais.

Na área de tecnologia da informação, a implantação de telefonia VoIP gerou redução aproximada de 90% nos custos desse serviço. Ao longo do ano, foram registrados mais de 11 mil atendimentos técnicos, com 94% de satisfação dos usuários, evidenciando eficiência operacional aliada à qualidade do serviço interno.

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 31 DE DEZEMBRO DE 2024

(EM MILHARES DE REAIS)

EXERCÍCIO ANTERIOR

EXERCÍCIO ANTERIOR

EXERCÍCIO ATUAL

EXERCÍCIO ANTERIOR

EXERCÍCIO ATUAL

REAPRESENTADO

REAPRESENTADO

REAPRESENTADO

REAPRESENTADO

EXERCÍCIO ANTERIOR

EXERCÍCIO ATUAL

REAPRESENTADO

REAPRESENTADO

REAPRESENTADO

REAPRESENTADO

EXERCÍCIO ANTERIOR

EXERCÍCIO ATUAL

REAPRESENTADO

REAPRESENTADO

REAPRESENTADO

REAPRESENTADO

EXERCÍCIO ANTERIOR

EXERCÍCIO ATUAL

REAPRESENTADO

REAPRESENTADO

REAPRESENTADO

REAPRESENTADO

EXERCÍCIO ANTERIOR

EXERCÍCIO ATUAL

REAPRESENTADO

REAPRESENTADO

REAPRESENTADO

REAPRESENTADO

EXERCÍCIO ANTERIOR

EXERCÍCIO ATUAL

REAPRESENTADO

REAPRESENTADO

REAPRESENTADO

REAPRESENTADO

EXERCÍCIO ANTERIOR

EXERCÍCIO ATUAL

REAPRESENTADO

REAPRESENTADO

REAPRESENTADO

REAPRESENTADO

EXERCÍCIO ANTERIOR

EXERCÍCIO ATUAL

REAPRESENTADO

REAPRESENTADO

REAPRESENTADO

REAPRESENTADO

EXERCÍCIO ANTERIOR

EXERCÍCIO ATUAL

REAPRESENTADO

REAPRESENTADO

REAPRESENTADO

REAPRESENTADO

EXERCÍCIO ANTERIOR

EXERCÍCIO ATUAL

REAPRESENTADO

REAPRESENTADO

REAPRESENTADO

REAPRESENTADO

EXERCÍCIO ANTERIOR

EXERCÍCIO ATUAL

REAPRESENTADO

REAPRESENTADO

REAPRESENTADO

REAPRESENTADO

EXERCÍCIO ANTERIOR

EXERCÍCIO ATUAL

REAPRESENTADO

REAPRESENTADO

REAPRESENTADO

REAPRESENTADO

EXERCÍCIO ANTERIOR

EXERCÍCIO ATUAL

REAPRESENTADO

REAPRESENTADO

REAPRESENTADO

REAPRESENTADO

EXERCÍCIO ANTERIOR

EXERCÍCIO ATUAL

REAPRESENTADO

REAPRESENTADO

REAPRESENTADO

REAPRESENTADO

EXERCÍCIO ANTERIOR

EXERCÍCIO ATUAL

REAPRESENTADO

REAPRESENTADO

REAPRESENTADO

REAPRESENTADO

EXERCÍCIO ANTERIOR

EXERCÍCIO ATUAL

REAPRESENTADO

REAPRESENTADO

REAPRESENTADO

REAPRESENTADO

EXERCÍCIO ANTERIOR

EXERCÍCIO ATUAL

REAPRESENTADO

REAPRESENTADO

REAPRESENTADO

REAPRESENTADO

EXERCÍCIO ANTERIOR

EXERCÍCIO ATUAL

REAPRESENTADO

REAPRESENTADO

REAPRESENTADO

REAPRESENTADO

EXERCÍCIO ANTERIOR

EXERCÍCIO ATUAL

REAPRESENTADO

REAPRESENTADO

REAPRESENTADO

REAPRESENTADO

EXERCÍCIO ANTERIOR

EXERCÍCIO ATUAL

REAPRESENTADO

REAPRESENTADO

REAPRESENTADO

REAPRESENTADO

EXERCÍCIO ANTERIOR

EXERCÍCIO ATUAL

REAPRESENTADO

REAPRESENTADO

REAPRESENTADO

REAPRESENTADO

EXERCÍCIO ANTERIOR

EXERCÍCIO ATUAL

REAPRESENTADO

REAPRESENTADO

REAPRESENTADO

REAPRESENTADO

EXERCÍCIO ANTERIOR

EXERCÍCIO ATUAL

REAPRESENTADO

REAPRESENTADO

REAPRESENTADO

REAPRESENTADO

EXERCÍCIO ANTERIOR

EXERCÍCIO ATUAL

REAPRESENTADO

REAPRESENTADO

REAPRESENTADO

REAPRESENTADO

EXERCÍCIO ANTERIOR

EXERCÍCIO ATUAL

REAPRESENTADO

REAPRESENTADO

REAPRESENTADO

REAPRESENTADO

EXERCÍCIO ANTERIOR

EXERCÍCIO ATUAL

REAPRESENTADO

REAPRESENTADO

REAPRESENTADO

REAPRESENTADO

EXERCÍCIO ANTERIOR

EXERCÍCIO ATUAL

REAPRESENTADO

REAPRESENTADO

REAPRESENTADO

REAPRESENTADO

EXERCÍCIO ANTERIOR

EXERCÍCIO ATUAL

REAPRESENTADO

REAPRESENTADO

REAPRESENTADO

REAPRESENTADO

EXERCÍCIO ANTERIOR

EXERCÍCIO ATUAL

REAPRESENTADO

REAPRESENTADO

REAPRESENTADO

REAPRESENTADO

EXERCÍCIO ANTERIOR

EXERCÍCIO ATUAL

REAPRESENTADO

REAPRESENTADO

REAPRESENTADO

REAPRESENTADO

EXERCÍCIO ANTERIOR

EXERCÍCIO ATUAL

REAPRESENTADO

REAPRESENTADO

REAPRESENTADO

REAPRESENTADO

EXERCÍCIO ANTERIOR

EXERCÍCIO ATUAL

REAPRESENTADO

REAPRESENTADO

REAPRESENTADO

REAPRESENTADO

EXERCÍCIO ANTERIOR

EXERCÍCIO ATUAL

REAPRESENTADO

REAPRESENTADO

REAPRESENTADO

REAPRESENTADO

EXERCÍCIO ANTERIOR

EXERCÍCIO ATUAL

REAPRESENTADO

REAPRESENTADO

REAPRESENTADO

REAPRESENTADO

EXERCÍCIO ANTERIOR

EXERCÍCIO ATUAL

REAPRESENTADO

REAPRESENTADO

REAPRESENTADO

REAPRESENTADO

EXERCÍCIO ANTERIOR

EXERCÍCIO ATUAL

REAPRESENTADO

REAPRESENTADO

REAPRESENTADO

REAPRESENTADO

EXERCÍCIO ANTERIOR

EXERCÍCIO ATUAL

REAPRESENTADO



DÁRIO OFICIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO

Publicado na Edição de 19 de março de 2026 | Caderno Empresarial | Seção Atos Empresariais

Balanço

ipt

INSTITUTO DE
PESQUISAS
TECNOLOGICAS

INSTITUTO DE PESQUISAS TECNOLÓGICAS DO ESTADO DE SÃO PAULO S.A. - IPT
CNPJ. nº 60.633.674/0001-55

125 ANOS
1897-2022

★ continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 31 DE DEZEMBRO 2024 (valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

O desempenho financeiro foi impulsionado, em grande medida, pela ampliação da captação de recursos externos para inovação. Em 2025, o IPT submeteu 17 propostas a editais de fomento junto a agências como Finep, Fapesp, CNPq, Fundep e ao Programa de Desenvolvimento e Inovação Local (PDIL) do Ministério da Saúde, totalizando R\$ 266 milhões em recursos pleiteados. Desse montante, mais de R\$ 219 milhões foram aprovados (em fase de contratação), resultado que demonstra elevada competitividade técnica e capacidade institucional de estruturar projetos de grande porte.

No âmbito específico da Embrapii, o IPT operou duas unidades em 2025. A unidade IPT Materiais de Alto Desempenho firmou sete projetos, totalizando R\$ 19,34 milhões, enquanto a unidade IPT Processos Biotecnológicos assinou um projeto no valor de R\$ 1,04 milhão. Adicionalmente, a atuação em projetos cooperativos resultou em receita superior a R\$ 1,2 milhão por taxa de sucesso, reforçando a capacidade do Instituto de capturar valor econômico a partir da inovação desenvolvida em parceria com empresas.

Do ponto de vista de eficiência administrativa, o IPT implementou medidas com impacto financeiro direto. Em 2025, foi realizado o primeiro leilão de bens inservíveis, envolvendo sucatas, veículos e equipamentos, resultando em arrecadação de R\$ 459 mil. Também foram adotadas Atas de Registro de Preços para obras e manutenção, reduzindo prazos e custos operacionais.

Na área de tecnologia da informação, a implantação de telefonia VoIP gerou redução aproximada de 90% nos custos desse serviço. Ao longo do ano, foram registrados mais de 11 mil atendimentos técnicos, com 94% de satisfação dos usuários, evidenciando eficiência operacional aliada à qualidade do serviço interno.

1.3 Considerações

O conjunto de resultados alcançados em 2025 evidencia que o desempenho econômico-financeiro do IPT está diretamente associado a uma estratégia institucional baseada em investimentos estruturantes, inovação aplicada, eficiência administrativa e rigor na gestão de recursos públicos. As demonstrações financeiras do exercício refletem não apenas o volume de receitas e investimentos realizados, mas também a consolidação de um modelo institucional capaz de sustentar crescimento, complexidade operacional e geração de valor público de forma consistente e transparente.

2. PRÁTICAS CONTÁBEIS

As práticas, políticas e os principais julgamentos contábeis e fontes de incertezas sobre estimativas adotadas na elaboração das informações trimestrais individuais e consolidadas, estão consistentes com aquelas adotadas e divulgadas nas notas explicativas das demonstrações contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, as quais foram divulgadas em 06 de fevereiro de 2026, devendo ser lidas em conjunto com estas.

As demonstrações contábeis do exercício findo em 31/12/2025 foram aprovadas pela diretoria executiva para divulgação.

As demonstrações contábeis preparadas pelo IPT estão em conformidade com as Leis Federais nº 6.404/76, nº 11.639/07, nº 11.941/09 e nº 13.303/16. As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações contábeis estão definidas abaixo, e vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados.

Em conformidade com a NBC TSP 34 - Demonstrações Contábeis Consolidadas, o Instituto de Pesquisas Tecnológicas do Estado de São Paulo S.A. IPT, na qualidade de entidade controlada, fornece periodicamente ao Governo do Estado de São Paulo, seu ente controlador, as informações contábeis requeridas para fins de consolidação das demonstrações contábeis do setor público estadual.

O envio dessas informações é realizado em atendimento às diretrizes e prazos estabelecidos pela contabilidade central do Poder Executivo Estadual, com o objetivo de assegurar a fidedignidade, a consistência e a comparabilidade dos dados contábeis, conforme os princípios e normas contábeis aplicáveis ao setor público brasileiro.

2.1 Representação de saldos das demonstrações contábeis do exercício de 2024

a) Contextualização, impacto e representação

Em conformidade com o Pronunciamento Técnico CPC 23/NBC TG 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro, em especial com o disposto em seus itens 41 e 49, notadamente o item 44, bem como com o CPC 26 - Apresentação das Demonstrações Contábeis, o IPT procedeu à representação das demonstrações contábeis relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, em decorrência da identificação de erros na mensuração e na manutenção de saldos contábeis, e não de mudanças de estimativas contábeis.

No exercício de 2024, encontrava-se registrado no ativo não circulante o montante de R\$ 1.833.748,05, referente a depósito judicial vinculado a processo civil. Contudo, em exercícios anteriores a 2024, houve o levantamento integral do referido depósito pela parte autora do processo, fato confirmado posteriormente por meio de consulta ao andamento processual. A manutenção desse saldo no ativo em 2024 caracterizou erro contábil, uma vez que o direito ao ativo já não existia naquela data. Diante dessa constatação, procedeu-se à baixa contábil do valor, com efeitos retroativos ao exercício de 2024.

Adicionalmente, foi identificada a realização em abrandamento às diretrizes e prazos estabelecidos pela contabilidade central do Poder Executivo Estadual, com o objetivo de assegurar a fidedignidade, a consistência e a comparabilidade dos dados contábeis, conforme os princípios e normas contábeis aplicáveis ao setor público brasileiro.

Em razão da baixa de depósitos judiciais, bem como na reversão de receitas indevidamente reconhecidas relacionadas a contrato de cessão de uso e às beneficiárias realizadas por terceiros em imóvel do IPT, com reflexos na redução dos saldos de abertura do patrimônio líquido em 1º de janeiro de 2025. Tais ajustes não impactaram o resultado do exercício de 2025, uma vez que as retificações foram registradas de forma retrospectiva, conforme requerido pelos normativos contábeis aplicáveis.

Na nota explicativa nº 8, item "a", que apresenta o quadro de composição do ativo imobilizado, encontram-se evidenciados, no exercício de 2024, os ajustes realizados na conta especial de imobilizado, em conformidade com o disposto no CPC 23/NBC TG 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro, em especial com o disposto em seus itens 41 e 49, notadamente o item 44, bem como com o CPC 26 - Apresentação das Demonstrações Contábeis, o IPT procedeu à representação das demonstrações contábeis relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, em decorrência da identificação de erros na mensuração e na manutenção de saldos contábeis, e não de mudanças de estimativas contábeis.

Segue abaixo o impacto das demonstrações contábeis de 01 de janeiro de 2024 e 31 de dezembro de 2024 da reclassificação citada:

Reapresentação das demonstrações contábeis					
Composição de Saldo					
	31/12/2024		01/01/2024		
	Originalmente Apresentado	Reapre- Ajuste sentado	Originalmente Apresentado	Reapre- Ajuste sentado	
ATIVO					
CIRCULANTE					
Caixa e equivalentes de caixa	30.032	30.032	35.273	35.273	
Aplicações financeiras créditos vinculados	7.727	7.727	4.805	4.805	
Contas a receber	4.611	4.611	4.577	4.577	
Adiantamentos a colaboradores e terceiros	1.082	1.082	182	182	
Impostos antecipados e a recuperar	2.908	2.908	2.894	2.894	
Estoque	592	592	525	525	
Despesas pagas antecipadamente	138	138	145	145	
Depósitos computados	236	236	276	276	
Outros valores a receber	319	319	318	318	
Total do Ativo Circulante	47.645	47.645	48.995	48.995	
NÃO CIRCULANTE					
Realizável a longo prazo	2.856 (1.834)	1.022	2.711 (1.834)	877	
Imobilizado	170.485 (476)	170.009	157.375 (476)	156.899	
Intangível	1.777	1.777	1.382	1.382	
Total do Ativo Não Circulante	172.118 (2.310)	172.808	161.468 (2.310)	159.158	
TOTAL DO ATIVO	222.763 (2.310)	220.453	210.463 (2.310)	208.153	
Reapresentação das demonstrações contábeis					
Composição de Saldo					
	31/12/2024		01/01/2024		
	Originalmente Apresentado	Reapre- Ajuste sentado	Originalmente Apresentado	Reapre- Ajuste sentado	
CIRCULANTE					
Fornecedores	8.526	8.526	4.699	4.699	
Arrendamento mercantil - Direito de Uso	1.529	1.529	1.492	1.492	
Receitas a realizar	285	285	285	285	
Salários a pagar e encargos a recolher	3.519	3.519	6.471	6.471	
Impostos e contribuições a recolher	3.934	3.934	3.712	3.712	
Adiantamento de clientes	848	848	745	745	
Obrigações a pagar - férias e encargos	14.257	14.257	14.536	14.536	
Parcelamentos fiscais	3.733	3.733	3.701	3.701	
Subvenções governamentais - agências de fomento	7.919	7.919	9.277	9.277	
Outras obrigações	38	38	222	222	
Total do Passivo Circulante	44.588	44.588	45.140	45.140	
NÃO CIRCULANTE					
Parcelamentos fiscais	7.511	7.511	11.017	11.017	
Outras exigibilidades - Receita de doação - Agência de Fomento	31.903	31.903	32.316	32.316	
Provisão para riscos fiscais, trabalhistas e civis	22.801	22.801	23.437	23.437	
Provisão para dissídio coletivo	2.674	2.674	8.323	8.323	
Provisão para IPTU-imunidade	9.560	9.560	-	-	

continua

DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO

Publicado na Edição de 19 de março de 2026 | Caderno Empresarial | Seção Atos Empresariais

Balanço

INSTITUTO DE PESQUISAS TECNOLÓGICAS

DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO

Publicado na Edição de 19 de março de 2026 | Caderno Empresarial | Seção Atos Empresariais

Balanço

ipt	INSTITUTO DE PESQUISAS TECNOLOGICAS	INSTITUTO DE PESQUISAS TECNOLÓGICAS DO ESTADO DE SÃO PAULO S.A. - IPT		125 ANOS 1894-2019					
		CNPJ. nº 60.633.674/0001-55							
★ continuação									
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 31 DE DEZEMBRO 2024 (valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)									
20. CUSTOS, DESPESAS ADMINISTRATIVAS E PROVISÕES		b) Composição das despesas administrativas:							
a) Composição do custo:		Exercício atual	Exercício anterior	Exercício anterior					
		31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025					
Remuneração, encargos e benefícios		103.798	97.614	45.426					
Serviços de terceiros		13.019	11.966	792					
Utilidades		5.284	5.268	888					
Impostos e taxas		1.030	1.013	1.173					
Depreciação e amortização		9.233	9.387	2.654					
Outros custos		4.010	3.915	3.318					
Total		136.374	129.163	49.760					
DIRETORIA									
ANDERSON RIBEIRO CORREIA	NATALIA NETO PEREIRA CERIZE	ADRIANO MARIM DE OLIVEIRA	FABIANO ALBUQUERQUE DE MORAES	LEVI POMPERMAYER MACHADO					
Diretor	Diretora de Finanças	Diretor	Diretor de Desenvolvimento	Diretor de Ambientes Inovadores					
Presidente	e Planejamento	de Operações	de Pessoas e Administração	e Inteligência de Mercado					
CONTADOR									
FRANCISCO SOUTO OUTEIRA - Contador - CRC ISP154222/O-1									
PARECER DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS									
O Conselho de Administração do Instituto de Pesquisas Tecnológicas do Estado de São Paulo S/A - IPT, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, procedeu ao exame do Relatório da Administração, bem como do Balanço Patrimonial e demais Demonstrações Contábeis referente ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2025, à vista do Relatório dos Auditores independentes sobre as Demonstrações Contábeis emitido pela RUSSELL BEDFORD GM AUDITORES INDEPENDENTES S/S de 13 de fevereiro de 2026, sem ressalvas, elaborado de acordo com as normas de auditoria aplicáveis no Brasil.									
O Conselho Fiscal, por unanimidade, à vista das verificações realizadas ao longo do todo o exercício social, é de opinião que os referidos documentos societários refletem adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a situação patrimonial e financeira do Instituto de Pesquisas Tecnológicas do Estado de São Paulo S/A – IPT, que aprovam e reúnem condições de ser submetidos à apreciação e aprovação dos Senhores Acionistas da Empresa.									
São Paulo, 26 de fevereiro de 2026									
STEPHANIE YUKIE HAYAKAWA DA COSTA									
Presidente do Conselho									
ANDERSON RIBEIRO CORREIA	JORGE TATINO JÚNIOR	VALMIR GOMES DIAS	ANTONIO EDSON	LÉA DE JESUS SILVA E					
Conselheiro Diretor-Presidente	Conselheiro	Conselheiro	MACHEL DOS SANTOS	SILVA DE MORAES REGO					
ANDRÉ DA SILVA CURCIO	MARCOS NOGUEIRA MARTINS	ANDRÉ CARLOS	BUSANELLI DE AQUINO	NEREIDE DE OLIVEIRA					
Conselheiro	Conselheiro	Conselheiro	Coordenador do Comitê de Auditoria	Conselheira					
				Representante dos Empregados					
PARECER DO CONSELHO FISCAL SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS									
O Conselho Fiscal do Instituto de Pesquisas Tecnológicas do Estado de São Paulo S/A - IPT, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, procedeu ao exame do Relatório da Administração, bem como do Balanço Patrimonial e demais Demonstrações Contábeis referente ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2025, à vista do Relatório dos Auditores independentes sobre as Demonstrações Contábeis emitido pela RUSSELL BEDFORD GM AUDITORES INDEPENDENTES S/S de 13 de fevereiro de 2026, sem ressalvas, elaborado de acordo com as normas de auditoria aplicáveis no Brasil.									
O Conselho Fiscal, por unanimidade, à vista das verificações realizadas ao longo do todo o exercício social, é de opinião que os referidos documentos societários refletem adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a situação patrimonial e financeira do Instituto de Pesquisas Tecnológicas do Estado de São Paulo S/A – IPT, que aprovam e reúnem condições de ser submetidos à apreciação e aprovação dos Senhores Acionistas da empresa.									
São Paulo, 27 de fevereiro de 2026									
RODRIGO FONTENELLE	IZADORA RODRIGUES	FRANCISCO RONALD	PAULO MAURICIO	MACULEVYNS FERREIRA					
De ARAUJO MIRANDA	NORMANDO SIMÕES	CARDOSO	ROCHA FERNANDES	Conselheiro					
Conselheiro	Conselheira	Conselheiro	Conselheiro	Conselheiro					
RELATÓRIO ANUAL DO COMITÊ DE AUDITORIA ESTATUTÁRIO REFERENTE AO EXERCÍCIO SOCIAL DE 2025									
1. INTRODUÇÃO									
O Comitê de Auditoria Estatutário (CAE) do Instituto de Pesquisas Tecnológicas do Estado de São Paulo S/A (IPT) é um órgão de governança instituído em 2018 pelo Conselho de Administração. Composto por cinco membros independentes, tem como Coordenador um membro independente do Conselho de Administração. Trata-se de um órgão de assessoramento, de caráter permanente e vinculado ao Conselho de Administração, sem poder decisório ou atribuições executivas.									
Sua atuação é pautada pela independência em relação à Diretoria do IPT, o que significa que suas análises e recomendações são formuladas de maneira autônoma, sem subordinação à gestão executiva. Essa independência é fundamental para garantir a imparcialidade na supervisão dos processos financeiros e operacionais da organização.									
As funções do CAE são desempenhadas a partir de informações fornecidas pela Diretoria, pelos Auditores Independentes, pela Auditoria Interna, pelos responsáveis pelo Gerenciamento de Riscos e Controles Internos, pela Ouvidoria e pelos responsáveis pela elaboração das Demonstrações Financeiras. O Comitê também obtém informações em reuniões com representantes das diversas áreas operacionais do IPT.									
A Diretoria é responsável pela elaboração das Demonstrações Financeiras, observando-se a diretividade e a qualidade dos processos relacionados às informações financeiras e às atividades de controle e gestão de riscos. Já os Auditores Independentes devem assegurar que as Demonstrações Financeiras reflitam adequadamente a posição patrimonial e financeira do IPT, em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com a legislação societária brasileira.									
A composição do CAE em 31/12/2025:									
Tabela 1 - Composição do Comitê de Auditoria Estatutário.									
Nome	Função	Período exercício							
Artúrio Edson Maciel dos Santos	Coordenador e Conselheiro de Administração Independente	01/01/2025 - 31/12/2025							
Marcos Alberto Castelhano Bruno	Membro	01/01/2025 - 31/12/2025							
Ivan Stagliaro Ismael	Membro								





DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO

Publicado na Edição de 19 de março de 2026 | Caderno Empresarial | Seção Atos Empresariais

Balanço



INSTITUTO DE PESQUISAS TECNOLÓGICAS DO ESTADO DE SÃO PAULO S.A. - IPT
CNPJ. nº 60.633.674/0001-55

125 ANOS
1901-2024

★ continuação

RELATÓRIO ANUAL DO COMITÊ DE AUDITORIA ESTATUTÁRIO REFERENTE AO EXERCÍCIO SOCIAL DE 2025

Nesse contexto, o CAE acompanhou o desenvolvimento da Matriz de Riscos Estratégicos e a definição do Apetite a Riscos, incluindo os respectivos critérios de validação. O Comitê também analisou, em reuniões técnicas, os fundamentos metodológicos e as etapas do *roadmap* de implementação, registrando como requisito central a integração entre riscos, controles e planos de ação, com (i) definição clara de papéis e responsabilidades; (ii) mecanismos de monitoramento; e (iii) rotinas formais de reporte, de modo a assegurar rastreabilidade, coerência interna e capacidade de acompanhamento.

Ao longo do ano, registrou-se a evolução do mapeamento, com identificação de riscos estratégicos e de riscos positivos (oportunidades), organizados em categorias amplas, incluindo, entre outras, riscos políticos, econômicos, regulatórios, orçamentários, operacionais, cibernéticos, de integridade, de fornecedores/parceiros e reputacionais. O CAE enfatizou a relevância da participação ativa da Administração e dos colegiados, com vistas a mitigar vieses, elevar a consistência analítica e assegurar aderência ao contexto institucional. Adicionalmente, reforçou-se a necessidade de que os materiais destinados ao Conselho de Administração sejam apresentados em linguagem executiva e acessível, destacando criticidade, impactos, interdependências, prioridades de tratamento e próximos passos, com indicação objetiva de responsáveis, prazos e métricas de acompanhamento. Além disso, o CAE analisou a nova versão da Política de Transações com Partes Relacionadas e supervisionou a aplicação verificando a aderência aos procedimentos estabelecidos e reforçando a transparência nas operações envolvendo partes relacionadas. Esse acompanhamento teve como objetivo garantir que as transações fossem conduzidas de acordo com as melhores práticas de governança corporativa e em conformidade com a legislação vigente.

2.4. Programa de Integridade e Ouidoria

O CAE monitorou os procedimentos de apuração de infrações ao Código de Conduta e Integridade, bem como os eventos registrados no Canal de Denúncias de infrações ao Código, assegurando a conformidade com as disposições legais e regulamentares pertinentes. Para tanto, o Comitê realizou reuniões com a Gerência de Conformidade, Gestão de Riscos e Controles Internos, Comitê de Conduta e Integridade (CCI), bem como com a Ouidoria, responsável pela operação do Canal de Denúncias do IPT, com o intuito de discutir potenciais melhorias e agilizar o processo.

Durante as reuniões foram debatidos aspectos de classificação de manifestações, fluxo de apuração, reporte de resultados e gestão de backlog. O CAE reiterou a necessidade de evitar reincidência de pendências e de manter rastreabilidade do ciclo completo (recebimento, triagem, apuração, conclusões, encaminhamentos administrativos e monitoramento de implementação), inclusive com planilhas de acompanhamento e evidências.

No encerramento do exercício, o CAE acompanhou a revisão de normativos internos alinhados a diretrizes recentes da Controladoria Geral do Estado (CGE), com separação entre instrumento de Política (direcional) e Procedimento (operacional), e com registro de eliminação significativa de backlog acumulado desde 2021.

2.5. Demonstrações Financeiras

O CAE avaliou as Demonstrações Financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, compreendendo Balanço Patrimonial, Demonstração do Resultado do Exercício, Demonstração do Resultado Abrangente, Demonstração dos Fluxos de Caixa, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, Demonstração de Valor Adicionado e Notas Explicativas, além das práticas contábeis relevantes utilizadas pelo IPT na elaboração das Demonstrações Financeiras.

2.6. Temas Jurídico-Regulatórios e Passivos Contingentes

O CAE dedicou reuniões específicas para examinar temas jurídico-contábeis com potencial impacto reputacional, financeiro e de conformidade. Destaca-se o debate sobre manutenção e aprimoramento de nota explicativa de passivo contingente.

Outro tema relevante acompanhado foi a imunidade tributária do IPT em relação ao IPTU. Em reunião com participação de Assessoria Jurídica e escritório externo, foram apresentados fundamentos constitucionais e critérios jurisprudenciais, além de evidências de reconhecimento formal da imunidade pelo Município para exercícios recentes.

Adicionalmente, o Comitê acompanhou discussões sobre depósitos judiciais e impactos de decisões processuais em caixa e demonstrações financeiras, com registro de caso em que houve levantamento de valor depositado e posterior determinação de pagamento), ensejando debate sobre medidas para prevenção de recorrência e maior segurança do fluxo informacional e decisório.

2.7. Tecnologia da Informação, Segurança da Informação e Sistemas

No exercício de 2025, o Comitê de Auditoria Estatutário (CAE) acompanhou, de forma sistemática, temas associados à governança de Tecnologia da Informação (TI) e à Segurança da Informação, com ênfase nos mecanismos de prevenção, detecção e resposta a incidentes, na maturidade dos controles gerais de TI e na adequação dos processos críticos ao ambiente de controles internos da Companhia.

O Comitê registrou atenção especial à necessidade de o IPT consolidar uma abordagem estruturada e contínua de segurança da informação, baseada em boas práticas internacionalmente reconhecidas e passível de auditoria, com componentes mínimos de: gestão de riscos cibernéticos, inventário e classificação de ativos, controles de acesso (IAM/MFA), gestão de vulnerabilidades, monitoramento e correlação de eventos de segurança, resposta a incidentes, continuidade de negócios e recuperação de desastres (BCP/DRP), além de capacitação recorrente e cultura de segurança.

Sistemas corporativos e ERP (TOTVS) - partes relacionadas (FIPT)

No campo de sistemas corporativos, o CAE analisou os riscos e responsabilidades relacionados ao contrato de ERP (TOTVS) firmado por parte relacionada (FIPT) para uso exclusivo do IPT. Considerando a criticidade do ERP para processos administrativos, financeiros e de controles internos, o Comitê solicitou parecer jurídico específico para avaliar: (i) a legalidade e o enquadramento como transação com parte relacionada; (ii) a alocação de responsabilidades entre IPT e FIPT, inclusive quanto a riscos de inadimplemento e responsabilidades solidárias/subsidiárias, se aplicável; e (iii) a adequação de cláusulas contratuais sensíveis (níveis de serviço, segurança da informação, LGPD, confidencialidade, governança de mudanças e auditoria). Todas as recomendações do CAE foram devidamente registradas em atas e no Relatório Completo, encaminhadas ao Conselho de Administração e disponível nos arquivos do IPT.

3. CONCLUSÕES

O Comitê de Auditoria Estatutário, no exercício de suas atribuições legais e estatutárias e considerando as limitações inerentes ao escopo de sua atuação, fundamentado nas análises e e nas discussões durante o exercício, nas explicações e nos esclarecimentos prestados pela contabilidade, diretoria, auditoria interna e suportado pelo relatório da Russell Bedford GM Auditores Independentes S/S, emitido em 13 de fevereiro de 2026, sem ressalvas apresentadas na 106ª reunião do CAE, entende que todos os fatos relevantes estão adequadamente divulgados nas Demonstrações Financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, as quais representam adequadamente a situação patrimonial e financeira do IPT. Nesse sentido, o CAE recomenda sua deliberação pelo Conselho de Administração do IPT.

Antônio Edson Maciel dos Santos

Coordenador

Marcos Alberto Castelhamo Bruno

Membro

Otávio Ramos dos Santos

Membro

Ivan Stagliano Ismael

Membro

Paulo Henrique Fernandes Boverio

Membro

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

A Administração e aos Conselheiros do
INSTITUTO DE PESQUISAS TECNOLÓGICAS DO ESTADO DE SÃO PAULO S.A. - IPT
São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis do INSTITUTO DE PESQUISAS TECNOLÓGICAS DO ESTADO DE SÃO PAULO S.A. - IPT ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025, e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e o seu fluxo de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Representação das Demonstrações Contábeis

Chamamos a atenção para a Nota Explicativa nº 2.1, que trata da reapresentação das demonstrações contábeis do exercício de 2024 do Instituto de Pesquisas Tecnológicas do Estado de São Paulo S.A. - IPT, originalmente objeto de relatório de auditoria emitido em 7 de fevereiro de 2025. Conforme descrito naquela nota, as demonstrações contábeis foram reapresentadas para refletir: (i) a baixa de depósitos judiciais cujos recursos foram levantados pela parte contrária em exercícios anteriores a 2024, no montante de R\$ 1.834 mil, com efeitos no Ativo Não Circulante e no Patrimônio Líquido; e (ii) a correção de registro indevido de receita no valor de R\$ 476.311,73, relacionado a contrato de cessão de uso e benfeitorias encerrado antes do prazo originalmente pactuado, cuja permanência registrada após a cessação do contrato configurou erro no reconhecimento da receita. Os saldos comparativos do exercício de 2024 foram ajustados e estão sendo reapresentados em conformidade com a NBC TG 23 (R2) - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro. Nossa opinião não está modificada em função desses assuntos.

Outros assuntos

Demonstração do Valor Adicionado

A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos na NBC TG 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião a demonstração do valor adicionado acima referida foi adequadamente apresentada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa Norma e é consistente em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente de serem causadas por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente de serem causados por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;

- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração;

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional;

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações, e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Barueri, 13 de fevereiro de 2026

Russell Bedford

RUSSELL BEDFORD GM
AUDITORES INDEPENDENTES S/S
2 CRC RS 5.460/O-0 "T" SP

ROGER MACIEL DE OLIVEIRA
Contador - 1 CRC RS 71.505/O-3 "T" SP
Sócio-Responsável Técnico